

REFLEXÕES ACERCA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA NO IFAM

Ailton Gonçalves REIS01 (1)

(1) Instituto Federal do Amazonas, Endereço: Rua Pacaraima, 97, B. São Vicente – 69.303-360
Boa Vista – RR - e-mail: reisailton@ifam.edu.br

RESUMO

Após ministrar algumas disciplinas no Curso de Especialização em PROEJA do Instituto Federal do Amazonas – IFAM e orientar alguns trabalhos de final de curso, percebe-se que há uma dissonância entre os objetivos do Programa e que realmente se vê. Dentre essas dissonâncias encontra-se a diversidade de assuntos abordados pelos alunos nos artigos de conclusão de curso, os quais, muitas vezes destoam dos apontados pelo Ministério da Educação para o Programa. Assim, nosso objetivo é apresentar uma compilação de documentos regem o Programa, assim como também, alguns trabalhos apresentados ao IFAM a título de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a fim de discutir e refletir a dissonância apontada. A Metodologia utilizada foi a de caráter documental, bibliográfica/compilatória. Os resultados apontam para a necessidade de se refletir sobre os rumos tomados e a tomar, pelo Programa e o que poderia ser feito para melhorá-lo, afim de que não se torne apenas mais um curso de especialização oferecido na cidade de Manaus.

Palavras-chave: PROEJA; Especialização em PROEJA; Reflexão; Dissonância.

1 INTRODUÇÃO

É fato que o mundo do trabalho continua se transformando em passos cada vez mais rápidos, acompanhando o próprio processo de desenvolvimento industrial e, a escola, como partícipe deste mesmo meio social, não pode ficar a margem desse processo. Também é fato que essas transformações trazem em seu bojo o aumento do desemprego juntamente com a precarização das relações do processo produtivo e do trabalho formal.

Por outro lado, advoga-se um aumento na oferta da força de trabalho qualificada, que impõe aos trabalhadores a necessidade de maior escolarização, daí a importância de se apresentar um programa de educação que contemple o aumento da escolaridade e, ao mesmo, prepare o indivíduo para o mundo do trabalho.

O PROEJA, então, resulta da necessidade de pensar um novo projeto de educação para a sociedade, como alternativa para que os indivíduos afastados do ensino regular pelos mais diversos motivos, vejam alguma perspectiva para viverem em melhores condições consigo, com os outros e, com o próprio mundo do qual e no qual fazem parte.

Neste sentido, o Curso de Especialização em PROEJA, veio preparar educadores para dar suporte para implantação desta modalidade de ensino nos mais diversos campos sócio-educacionais. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma compilação de alguns artigos apresentados ao Curso de Especialização em PROEJA do IFAM, a título de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A Metodologia utilizada assume as características bibliográfica/compilatória, pois, pretendemos expor o pensamento de vários autores sobre o assunto, organizar opiniões, apresentar um panorama de várias posições, opinar sobre os pontos relevantes e, por fim, apresentar uma conclusão.

O trabalho é dividido em dois grandes momentos: no primeiro apresentaremos a metodologia utilizada no trabalho; no segundo momento, o mais importante, abordaremos o curso de especialização em PROEJA, apontado suas características e em seguida apresentaremos cinco trabalhos de conclusão de curso (TCC) e, por fim, nossas considerações finais onde apresentamos algumas reflexões a título de conclusões, embora apostemos na inconclusão de um trabalho científico.

2 METODOLOGIA

A compilação como trabalho científico é o método em que o pesquisador estuda vários autores e expõe o pensamento deles para afirmação ou negação de sua linha de raciocínio (GABRIEL, s/d, s/p).

Assim, este trabalho caracteriza-se como documental, bibliográfico e compilatório, uma vez que vamos apresentar e discutir alguns documentos que regem o Programa; expor o pensamento de alguns alunos-autores; organizar opiniões; apresentar um panorama de várias posições; opinar sobre os pontos relevantes e, por fim, apresentar uma conclusão pessoal.

A pesquisa documental aconteceu no site oficial do MEC; no documento-base que instituiu o PROEJA; no documento-base que instituiu a Especialização em PROEJA no IFAM.

Serão Apresentados cinco trabalhos, que foram orientados pelo autor desse artigo durante o ano de 2008, sendo agrupados em dois blocos considerando-se a aproximação dos temas discutidos pelos alunos-autores.

Assim, no primeiro bloco será discutido o PROEJA e suas relações com o binômio Trabalho-Educação e no segundo a Formação de professores como pressuposto para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem.

3 O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - LATO SENSU EM PROEJA

A Primeira edição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de PROEJA foi apresentada no ano de 2006, com um investimento federal significativo de R\$ 3.734.275,30, com a finalidade de capacitar, pelo menos, 1.400 educadores, gestores e técnicos - administrativos, conforme aponta o site oficial do MEC.

Capacitar profissionais e produzir conhecimento para que reflitam e exercitem a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos, tendo em vista o caráter inovador desta proposta, era o objetivo proposto pelo Programa.

Porém, O MEC, a partir deste primeiro objetivo, apresenta uma sintetização mais abrangente dos objetivos do programa, apontando que o primeiro objetivo fica melhor explicado, se considerarmos o caráter tripartite do mesmo, qual seja: (a) formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, métodos, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no PROEJA; (b) contribuir para implementação democrática, participativa e socialmente responsável de programas e projetos educacionais, bem como identificar na gestão democrática ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização do PROEJA; (c) colaborar no desenvolvimento de currículos integrados de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA, reconhecendo a avaliação como dinâmica, contínua, dialógica e participativa e, ainda, como importante instrumento para compreensão do processo de ensino aprendizagem (Cf. site oficial do MEC).

Nesta primeira oferta participaram apenas quinze instituições federais de ensino: CEFET AM (Manaus); CEFET BA (Salvador e Aracaju); CEFET CE (Fortaleza); CEFET ES (Vitória); CEFET GO (Goiânia); CEFET MA (São Luiz); CEFET MG (Belo Horizonte); CEFET MT (Cuiabá e Campo Grande); CEFET PA (Belém e Macapá); CEFET PE (Recife e Maceió); CEFET PI (Teresina); CEFET RN (Natal); CEFET RR (Boa Vista); CEFET SC (Florianópolis); CEFET SP (São Paulo); CEFET's do RS e UFRGS (porto Alegre); CEFET's do RJ (Rio de Janeiro); Col. Agrícola Vidal de Negreiros CFTIUEPB (João Pessoa); ETF Palmas; UTFPR (Curitiba).

Já no ano seguinte, 2007, para a segunda edição do Curso, o investimento Federal alcançou a casa do R\$ 10.624.531,98, um aumento de mais de 200% e alcançando vinte e uma Instituições de Ensino.

Como podemos perceber o investimento do Governo Federal para este curso é significativo, para uma realidade escolar que não condiz com um projeto de educação, que tenha a Educação Básica como prioridade, parece estar havendo um retrocesso ao início colonizador brasileiro, quando a Educação Superior era prioridade para o Governo Português: “As primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado” (REIS, 2006, p. 18).

Ainda conforme apresentado no site oficial do MEC, em 2009 o número de Instituições que aderiram ao Curso é significativo, representando uma escala crescente que passou de quinze na primeira oferta para vinte e cinco em 2009.

3.1 O Programa de Especialização em PROEJA do IFAM: caracterizações

O Curso de Especialização em PROEJA no IFAM foi instituído pela Resolução nº 002 de 09 de junho de 2006, a qual aprovou o Projeto Pedagógico do Curso. Para essa primeira oferta ficou instituído o número de cinco turmas, assim distribuídas: 1 no CEFET-AM, sede em Manaus, 1 na sede do Município de Parintins, 1 na UNED do Município de Presidente Figueiredo, 1 na UNED do Município de Maués, e 1 na UNED do Município de Coari.

A justificativa para disposição das cinco turmas foi assim apresentada no Documento-Base: para Manaus porque há a necessidade de atender o público de professores recém-licenciados pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Estadual do Amazonas – UEA e pelo próprio Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET-AM (licenciaturas em Química e Biologia), professores esses, que ao concluírem os referidos cursos, logo ingressam nas redes municipal e estadual de ensino, trabalhando geralmente com Educação de Jovens e Adultos; sem contar que os pós-graduandos ficariam durante mais um ano, participando dos projetos sociais e de integração juntamente com os alunos do PROEJA (cursos técnicos de Mecânica, Edificações e Eletrônica).

No entanto, entendemos que tais justificativas requerem revisão, pois não há nada que comprove que os recém licenciados ao ingressarem na vida profissional docente trabalhem com EJA e, segundo, não percebemos nenhum projeto que ponha os alunos do Programa em contato com as turmas de PROEJA do IFAM, representando, mais uma vez, dissonância entre o que os documentos apresentam e o que a prática confirma.

Com relação aos municípios de Coari, Maués, Parintins e Presidente Figueiredo, servirão não somente para capacitação do público acadêmico ou pedagógico desses municípios, mas também para consolidar o intercâmbio necessário entre os campi do IFAM.

Como objetivo para implantação do Programa no IFAM, o documento-base assim apresenta: desenvolver um processo formativo de educadores para atuarem tanto na docência, quanto na pesquisa e na extensão, dentro da modalidade EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA, a fim de que possam dar legitimidade às políticas públicas, programas e projetos e, na criação de metodologias e tecnologias capazes de oportunizar o estudante-trabalhador, autônomo e coletivo, a criar alternativas de inserção no mundo do trabalho exercendo seu pleno direito de cidadão (IFAM, 2006).

Já o público-alvo são os professores e demais profissionais, com curso superior, vinculados às Redes Públicas de Ensino, particularmente na Educação Profissional e/ou na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, ou que venham a atuar em programas e projetos referentes à modalidade PROEJA.

Essa característica, também precisa ser revista, uma vez que os alunos eram indicados para o curso pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e/ou Secretaria Municipal de Educação (SEMED), porém, o IFAM não participava desta indicação e muitas vezes os critérios para tal não ficavam muito claros, resultando em um público que chegava ao IFAM, sem nem sequer trabalhar com EJA, indo contra os objetivos do curso.

Quando o documento-base aponta a necessidade e não obrigatoriedade do docente trabalhar ou desejar trabalhar no PROEJA, ele destoa do objetivo tripartite apontado pelo MEC, que apresenta a obrigatoriedade do docente atuar ou desejar atuar nesta modalidade de ensino.

A Estrutura Curricular do Programa é constituída de disciplinas, totalizando uma carga horária de trezentos e noventa (390) horas, centrado em num eixo articulador: **Amazônia, culturas e sustentabilidade, estruturado em duas linhas temáticas: Políticas Públicas e Programas na Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Metodologias, Tecnologias e Culturas da Comunicação para a Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.**

3.2 Apresentando Alguns Artigos para Discussão

Pinto (2008) em seu artigo intitulado – Estudo sobre a Integração: uma análise dos componentes do PROEJA no CEFET-AM - discute o Programa sob a ótica de formação holística do indivíduo.

Para alcançar esse objetivo o autor reflete sobre o conceito de trabalho, respeitando o caráter humanizador e não apenas o caráter de subsistência, pois o próprio mercado de trabalho prescreve a necessidade de um trabalhador não apenas instrumentalizado tecnicamente. Nesse sentido, Pinto aponta que a própria legislação preconiza essa característica ao afirmar que a educação deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa [...] e sua qualificação para o mundo do trabalho” (BRASIL, 1988 apud PINTO, 2008, p. 5).

A outra base em que se assentam as discussões do autor é o Eixo Integrador Educação/Trabalho, o qual aponta a necessidade de entender a interação existente entre as disciplinas e as áreas nas quais são agrupadas através da contextualização, pois será dessa forma que se alcançará a interdisciplinaridade, nesse sentido, “O eixo integrador envolverá sempre, conceitos, habilidades e competências desenvolvidas através da interdisciplinaridade” (PINTO, 2008, p. 9).

No entanto, ele não aprofunda a discussão sobre o eixo integrador nem sobre a interdisciplinaridade, que são apenas apontadas como características necessárias para o bom desenvolvimento de um curso de PROEJA.

A partir daí, discute três matrizes de cursos técnicos na modalidade EJA, com o intuito de observar se tais matrizes apresentam características que apontam para a formação integral do alunado ou se pelo contrário continua com a velha característica da Educação Profissional de supervalorizar as disciplinas técnicas em detrimento das chamadas disciplinas de formação geral.

Analisando as matrizes o autor se deparou com uma diferença de carga horária significativa entre os dois vieses formativos, isto é, formação geral-formação técnica. O Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, que criou o PROEJA aponta que das 2.400 horas máximas necessárias para a formação do técnico de nível médio, 1.200 horas deveriam ser destinadas à formação geral, ou seja, 50% do total do curso.

Porém, ao fim das análises Pinto (2008) percebeu que nas duas primeiras matrizes, das 1.200 horas disponíveis, apenas 760 horas são destinadas a formação geral e, ainda mais gritante, na terceira matriz estudada, apenas 520 horas têm o mesmo destino.

Essa característica tem acompanhado a EP desde suas origens, daí a constatação do autor, só comprova que apesar do documento-base do PROEJA apontar para o fim da dualidade formação-geral versus formação técnica, na prática, isso ainda acontece.

Diante dessa realidade, conclui o autor, “[...] no momento da execução do programa, apenas foi trabalhada a formação técnica, ficando de lado a formação geral, aquela necessária ao *currículo* do homem, seja qual forma profissão por ele desempenhada” (PINTO, 2008, p. 14).

Por isso, Pinto (2008) advoga uma reformulação das matrizes curriculares dos cursos técnicos em PROEJA, afim de que se forme um novo indivíduo, com competências que perpassem as características da instrumentalização, cujas características têm sido próprias da EP.

Sadalla-Pinto (2008), assim como Pinto (2008) em seu artigo – O PROEJA no Estado do Amazonas: o que (não) há de novo? - estuda o PROEJA, porém sob a ótica de política pública viável, com o objetivo de investigar se o Governo do Estado do Amazonas apresenta algum direcionamento para a implantação de tal programa ou se já existe algum implantado.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, o autor entende que o PROEJA pode ser um programa viável para implantação, retirando-se algumas particularidades de caráter educacionais, sociais e políticas, como forma de aumentar a escolaridade e também preparar o indivíduo para o exercício laboral, como aponta o próprio texto do Documento-Base do Programa.

O autor apresenta breve um histórico sobre a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, para então discutir o PROEJA como união dessas modalidades de ensino. Segundo ele, apesar do Programa ainda apresentar muitas das características inerentes às duas modalidades de ensino, pode a médio e longo prazo tornar-se um alternativa viável para quem não teve acesso ao Ensino denominado Regular e pode ser implantado, tendo com proponentes todas as esferas de governo e o próprio Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SENAT, SEST).

A partir daí, Sadalla-Pinto (2008), após constatar a não existência de literatura e documentos que tratem do PROEJA no Amazonas, parte para uma pesquisa de campo junto aos órgãos educacionais (SEDUC, SEMED, SISTEMA S, ESCOLAS PARTICULARES), porém sem nada encontrar.

O único órgão que ainda apontou alguma preocupação com o Programa foi a SEDUC, no entanto, o programa que estava em fase de implantação não era o PROEJA, mas o PROJÓVEM URBANO, que ao ver do autor não pode ser classificado como um novo programa, apenas como “conversão do PROJÓVEM já existente” (SADALLA PINTO, 2008, p. 11).

Tal realidade faz com que ele, reflita sobre os motivos da não implantação do PROEJA no Amazonas, considerando que 62% dos alunos matriculados não chegam à metade do Ensino Fundamental e, ainda, por Manaus abrigar o segundo maior pólo industrial e tecnológico do país tendo um déficit de mão-de-obra qualificada significativo.

Assim, afirma o autor, “advogamos a implantação no Estado do Amazonas, “[...], como política pública de inserção social, acadêmica, cultural, econômica e política dos jovens e adultos amazonenses” (SADALLA PINTO), 2008, p. 13).

Inferimos que, embora o autor discuta o PROEJA enquanto política pública, não faz uma discussão sócio-política, o que talvez mudaria a defesa que ele faz do programa; apesar disso, ele aponta algumas características que devem ser levadas em conta para implantação do PROEJA.

Silva (2008) em seu artigo – Das Migalhas à Mesa Farta: o curso PROEJA, a formação dos trabalhadores e os desafios da Educação Profissional – reflete sobre as transformações sócio-laborais da sociedade contemporânea e as implicações dessas transformações no processo educativo, mas especificamente nos projetos governamentais voltados à formação de jovens e adultos, tendo como referência o PROEJA.

O autor apresenta a dura realidade a que estão expostos os trabalhadores no modelo neoliberal cujas modificações imediatas podem ser assim apresentadas aumento da produtividade no trabalho; mudanças na estrutura do emprego, precarização da relação trabalhista e, conseqüentemente, declínio da participação dos trabalhadores com carteira assinada (SILVA, 2008, p. 5).

Essas características, refletem-se diretamente na escola, a qual passa, a ser concebida nos moldes empresariais, inclusive adotando no discurso escolar, termos usados no processo produtivo - flexibilização, qualidade, gestão, colaboradores, etc.

O autor aponta preocupação com essa característica empresarial-escolar, dado que “a luta por uma educação de qualidade social deve se contrapor à lógica do mercado como regulador das relações sociais, visto que o campo da educação possui nuances diferenciadas” (SILVA, 2008, p.7). Nesse sentido, temos esse mesmo entendimento, que não se deve conceber a escola como uma empresa, sob o risco de fazer do processo de ensino apenas uma mercadoria a ser colocada no mercado.

Para Silva, assim como para nós, o PROEJA é uma proposta governamental que ainda traz em seu bojo a velha dualidade escolar uma escola propedêutica para a elite e uma educação restritiva e aligeirada para os pobres.

Por fim, conclui o autor, se as contradições são inerentes aos processos sociais, o programa PROEJA, inserido nesse tabuleiro social, não estaria imune às tramas dos vários interesses opostos de uma sociedade classista. No entanto, no seio dessas mesmas contradições é possível fazer nascer uma escola de cultura viva, multicultural, diversificada e criativa, representativa do conjunto de formas de pensar, agir, e sentir das classes trabalhadoras.

Há de buscar então, um conceito de trabalho de ultrapasse a subsistência, aproximando-se com o que aponta o pensamento marxista de que o homem ao transformar a natureza se auto-transforma, resultando em um processo de hominização e uma EP que prime por uma formação integral do homem e não apenas uma preparadora de mão-de-obra.

Rubim (2008) apresenta o artigo – Práticas pedagógicas Diferenciadas na Formação de Professores de Jovens e Adultos na Perspectiva Indígena – faz uma abordagem histórica sobre o início do processo de formação de professores indígenas em Manaus e seu entorno, alavancada pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED, a partir do Núcleo de Educação Escolar Indígena – NEEI.

A autora aponta as vantagens, as desvantagens e as facilidades para o processo ensino-aprendizagem, o fato dos professores que trabalham com EJA, serem da própria comunidade, dado a motivação que tal característica causa nos alunos, pois sentem-se muito mais familiarizados com o professor e, com isso, o processo de ensino é facilitado.

O Programa iniciou em 2005 com a contratação de doze professores, porém a efetivação só se aconteceu em 2007, juntamente com a revitalização da língua e cultura dos povos escolhidos para participar do projeto – *Baré, Saterê, Ticuna, Kokama, Kambeba*.

Rubim (2008) estuda a prática dos professores a partir do conceito de Pedagogia da Alternância, que é apontada no Documento-Base do programa, cujas diretrizes “assentam-se em observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar, agir ou questionar, procurar, buscar respostas para questionamentos e experimentar” (RUBIM, 2008, p. 7).

O processo de alternância acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados, onde o primeiro é a família e o segundo é a escola, desta forma, o aluno sente-se mais à vontade, pois, vê o conhecimento trazido, por ele, para escola, sendo valorizado e o que é aprendido na escola aplicado no dia-a-dia.

No entanto, apesar dessas características benéficas, a autora aponta as dificuldades que os professores enfrentam por serem funcionários públicos de um Estado, cujos interesses, nem sempre estão em sintonia com os interesses da comunidade indígena.

Mesmo assim, apesar dos problemas que permeiam esse processo de formação de professores, não podemos deixar de louvar o caráter inovador da proposta, pois dela resultará uma melhoria no processo de ensino indígena dado a familiaridade dos professores com a comunidade e os alunos.

Guerreiro (2008) em seu trabalho - A Proposta Metodológica para o Primeiro Segmento do Ensino Fundamental da EJA Apresentada pela SEMED: uma análise - estuda o processo de aprendizagem na EJA a partir da necessidade de uma prática humanizadora na qual o educador tenha a sensibilidade de perceber as diferenças sociais e econômicas dos alunos, tornando a aprendizagem significativa e prazerosa.

O objetivo do trabalho é perceber se há coerência na proposta apresentada, que permita a unificação teoria/prática, respeitando as especificidades desta modalidade de ensino e, principalmente, se a proposta respeita o conhecimento trazido pelo aluno à escola.

A autora começa apontando a EJA como processo formativo, que respalda na visão de educação como direito inalienável e universal de todo indivíduo e, por isso, assentada na “formação integral, respeitando as necessidades básicas do alunado de acordo com a realidade de cada um” (GUERREIRO, 2008, p. 5).

Por isso, como necessidades básicas a autora aponta o respeito ao conhecimento trazido para a escola, a realidade do entorno da escola e experiência de vida do aluno, pois, são esses fatores juntos que motivarão os alunos de EJA. Porém, para que isto aconteça, a autora aposta na formação de professores para EJA como forma de amenizar o quadro de descaso que é legado desta modalidade de ensino.

Ao estudar mais detalhadamente a proposta da SEMED, a autora percebe certos avanços e falhas, principalmente no que concerne a descontinuidade dos projetos que geralmente só duram quatro anos. Sendo assim, a meta de se reduzir em 50% o índice de evasão escolar, dificilmente tornar-se-á realidade.

Por isso, ela entende, que a proposta da SEMED precisa ser revista para estar em consonância com a metodologia para EJA apontada no trabalho, isto é, integrar a teoria com a prática do alunado que vêm para a escola embebido em conhecimentos sociais, políticos, econômicos, religiosos, daí a necessidade de investir na formação de professores que respeitem essa prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração que nos fica deste trabalho é que o discurso educacional, mais uma vez, não está em consonância com a prática encontrada na escola, além disso, há uma diversidade de trabalhos apresentados ao programa de especialização em PROEJA, os quais muitas vezes destoam do objetivo do curso em estudo.

Os três primeiros trabalhos, em universo de várias orientações, são os únicos que têm como base de pesquisa o PROEJA, embora o documento-base aponte que as pesquisas a serem desenvolvidas no referido programa devam versar sobre esta modalidade de ensino.

Outro fator que tem que ser revisto é a forma como é feita a seleção dos alunos para o curso, pois tanto o documento-base do IFAM quanto as diretrizes do MEC, indicam a exigência dos professores trabalharem ou queiram trabalhar com a modalidade EJA.

Os três primeiros trabalhos estudados apontam a relevância de se pensar a Educação Profissional (EP) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como duas modalidades de ensino que fazem parte de um processo maior de educação e não a margem desse, ultrapassando uma característica comumente aceita de ver a EP e a EJA como modalidades de educação inferior.

Nesse sentido, há de se buscar ultrapassar os ditames da mera instrumentalização ou compensação, cujo caráter é dado a EP e a EJA desde suas origens, nesse sentido, Pinto e Silva e o próprio Sadalla-Pinto, embora de forma um tanto enviesada, abordam muito bem essa discussão.

Por outro lado, as duas últimas autoras, fugindo um pouco dos objetivos do programa, embora discutam a EJA, apostam na formação de professores para a melhoria do processo de ensino, porém, Rubim ao apontar uma formação diferenciada para os professores indígenas, os quais estão muito mais próximos dos alunos e da comunidade, se aproxima de muitos educadores, aí nos incluímos, que advogam essa aproximação do

professor com a comunidade e, conseqüentemente, do aluno, como uma das premissas para o bom andamento do processo de ensino.

Assim como Rubim achamos importante quando Guerreiro aponta uma formação de professores voltada para o respeito ao ensino trazido pelo aluno para a escola, pois assim, os alunos sentem-se valorizados e o ensino apreendido na escola torna-se aplicável no cotidiano e, por isso, torna-se relevante.

Enfim, nesses quatro anos de implementação do curso de Especialização em PROEJA, entendemos que há a necessidade de se parar para refletir sobre os rumos tomados e a tomar para que os objetivos propostos sejam alcançados e para que não se torne apenas mais um curso de especialização dentre muitos outros oferecidos.

REFERÊNCIAS

GABRIEL, Sérgio. **Como se preparar para desenvolver uma pesquisa científica**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/15725/1/Como-se-preparar-para-desenvolver-uma-pesquisa-cientifica/pagina1.html#ixzz0tBrdrN1D>. Acessado em: 09/07/10.

GUERREIRO, Janete Gomes do Amaral. **A Proposta Metodológica para o Primeiro Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA Apresentada pela Secretaria Municipal de Educação: uma análise**. Artigo (Especialização). IFAM, Manaus – AM, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica – SETEC. Disponível em: www.mec.org.br Acessado em: 05/07/2010.

PINTO, Alan Jefferson Diniz. **O PROEJA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO: uma análise de algumas matrizes curriculares**. Artigo (Especialização). IFAM, Manaus – AM, 2008.

PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do Planejamento aos Textos da Escola à Academia**. - 3. ed. – São Paulo: Rêspel, 2007.

REIS, Ailton Gonçalves. **Professores, Formação Pedagógica e Cidadania: discutindo o ensino técnico do CEFET-AM**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Uberaba – UNIUBE. Uberaba, MG, 2006.

RUBIM, Altaci Correa. **Práticas Pedagógicas Diferenciadas na Formação de Professores de Jovens e Adultos na Perspectiva Indígena**. Artigo (Especialização). IFAM, Manaus – AM, 2008.

SADALLA PINTO, Élson Antonio. **O PROEJA NO ESTADO AMAZONAS: o que não há de novo?** Artigo (Especialização). IFAM, Manaus – AM, 2008.

SILVA, Francisco Erivaldo Moraes da. **Das Migalhas à Mesa Farta: o Curso PROEJA, a Formação dos Trabalhadores e os Desafios da Educação Profissional**. Artigo (Especialização). IFAM, Manaus – AM, 2008.